

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.528 - MS (2019/0349540-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**SUSCITANTE** : **TRES AMERICAS TRANSPORTES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **EUCLIDES RIBEIRO S JUNIOR - MT005222**  
                  **EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS - MT007680**  
                  **JOSLAINE FABIA DE ANDRADE - MT0069000**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FALÊNCIAS RECUPERAÇÕES INSOLVÊNCIAS E CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DE CAMPO GRANDE - MS**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE - MS**  
**INTERES.** : **EVERTON TAVARES DE MORAES**  
**ADVOGADO** : **ANA IZABEL CICALISE FERREIRA - MS006985**

### **EMENTA**

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS DE CONSTRUÇÃO, PELO JUÍZO TRABALHISTA, EM EXECUÇÃO FISCAL, DE CRÉDITOS INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA. SUSTAÇÃO QUE SE IMPÕE. LIMINAR DEFERIDA.

### **DECISÃO**

Três Américas Transportes Ltda - Em Recuperação Judicial suscita o presente conflito positivo de competência, apontando como suscitados, de um lado, o Juízo de Direito da Vara de Falências, Recuperações, Insolvências e Cartas Precatórias Cíveis de Campo Grande/MS e, de outro, o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Campo Grande/MS.

Noticia a suscitante ter ajuizado pedido de recuperação judicial, que se processa sob o n. 0826482-17.2015.8.12.0001, perante a Vara de Falências, Recuperações, Insolvências e Cartas Precatórias Cíveis de Campo Grande/MS, cujo processamento foi deferido em 31/7/2015. Informa, ainda, que o plano de recuperação judicial foi aprovado pela assembleia de credores e homologado judicialmente.

Aduz que, no bojo da reclamação trabalhista promovida por Everton Tavares de Moraes contra Três Américas Transportes Ltda., sobreveio sentença condenatória no importe de R\$ 134.628,04 (cento e trinta e quatro mil, seiscentos e vinte e oito reais e quatro centavos), tendo o credor trabalhista iniciado a sua execução. Por conseguinte, a ora

# *Superior Tribunal de Justiça*

suscitante alega ter informado ao Juízo laboral acerca do processo de recuperação judicial em tramitação, razão pela qual requereu a expedição de certidão de habilitação de crédito para que o valor constituído no feito fosse pago nos termos e condições previstas em seu plano de recuperação judicial.

Assere que o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Campo Grande/MS atendeu ao pedido, determinando a expedição de certidões de crédito.

Ocorre que, em razão disso, a União ingressou no feito, insurgindo-se contra a determinação judicial e requerendo o prosseguimento da execução quanto aos créditos tributários, quais sejam, as contribuições previdenciárias.

Afirma que o Magistrado trabalhista, no entanto, mesmo ciente da tramitação da recuperação judicial, deferiu o pedido da União e entendeu por bem determinar a continuidade da execução fiscal, relativamente aos créditos devidos pela Fazenda Pública federal, o que contraria a finalidade de recuperação da empresa constante da Lei n. 11.101/2005, uma vez que inviabiliza a continuidade da sua atividade produtiva, notadamente o pagamento de fornecedores e empregados.

Alega, nesse contexto, estar caracterizado, inarredavelmente, o conflito de competência ora apontado.

Pugna pela concessão de liminar para que seja sobrestado qualquer ato expropriatório realizado no processo (n. 0025258-30.2014.5.24.0001) que tramita perante o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Campo Grande/MS, designando-se, em caráter provisório, o Juízo de Direito da Vara de Falências Recuperações Insolvências e Cartas Precatórias Cíveis de Campo Grande/MS para dirimir as medidas urgentes e, no mérito, seja confirmada a competência deste Juízo e declarados "nulos todos os atos praticados pelo Juízo do trabalho, principalmente os que determinaram a continuidade dos atos de expropriação" (e-STJ, fl. 10).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, nesta análise superficial e preliminar, verifica-se que o pedido preambular afigura-se dotado de plausibilidade jurídica, pois os elementos constantes dos

# *Superior Tribunal de Justiça*

autos sinalizam que foi desrespeitada a orientação jurisprudencial da Segunda Seção desta Casa, caracterizando-se, igualmente, o perigo da demora, tendo em vista a iminência da expropriação de bens da suscitante decorrentes da execução fiscal processada nos autos da reclamação trabalhista noticiada (e-STJ, fl. 268).

Constata-se que o presente conflito envolve "uma antinomia que assume grande relevância. Por um lado, há a supremacia da execução fiscal, que visa resguardar o indiscutível interesse público representado pelo crédito tributário (art. 6º, § 7º, da Lei n. 11.101/2005). Um outro ângulo da questão, no entanto, revela a existência de um interesse público igualmente considerável na preservação da empresa em dificuldades financeiras, com a manutenção das unidades produtivas e de postos de trabalho" (CC n. 116.213/DF, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJe de 5/10/2011).

A ponderação desses interesses reclama a interpretação sistemática dos dispositivos da Lei de Falências, reconhecendo-se que "a execução fiscal efetivamente não se suspende, mas a pretensão constritiva voltada contra o patrimônio das pessoas jurídicas em recuperação deve ser submetida à análise do juízo universal, evitando-se a frustração da recuperação da empresa" (CC n. 114.987/SP, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe de 23/3/2011).

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - EXECUÇÃO FISCAL - COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR - PRECEDENTES DO STJ - AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Juízo universal é o competente para a execução dos créditos apurados nas ações trabalhistas propostas em face da Varig S/A e da VRG Linhas Aéreas S/A (arrematante da UPV), sobretudo porque, no que se refere à arrematação judicial da UPV, ficou consignado em edital, nos termos da Lei 11.101/05, que sua transmissão não acarretaria a assunção de seu passivo.

2. Embora a execução fiscal, em si, não se suspenda, devem ser obstados os atos judiciais que reduzam o patrimônio da empresa em recuperação judicial, enquanto mantida essa condição. Precedentes: CC 119.970/RS, rel. min. Nancy Andrighi (DJe de 20/11/2012); CC 107.448/DF, 2ª Seção, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 27/10/2009.

[...]

# Superior Tribunal de Justiça

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no CC n. 87.263/RJ, Relator o Ministro Marco Buzzi, DJe de 19/8/2014);

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO FISCAL EM TRÂMITE NO JUÍZO TRABALHISTA. PRÁTICA DE ATOS QUE COMPROMETAM O PATRIMÔNIO DA EMPRESA RECUPERANDA. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 97 DA CF E DE DESRESPEITO À SÚMULA VINCULANTE N. 10/STF. DECISÃO MANTIDA.

[...]

2. Apesar de a execução não se suspender em face do deferimento do pedido de recuperação judicial (art. 6º, § 7º, da Lei n. 11.105/2005, art. 187 do CTN e art. 29 da Lei n. 6.830/1980), submetem-se ao crivo do juízo universal os atos de alienação voltados contra o patrimônio social das sociedades empresárias em recuperação, em homenagem ao princípio da preservação da empresa.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no CC n. 128.044/SC, Relator o Ministro Antonio Carlos Ferreira, DJe de 3/4/2014);

PROCESSO CIVIL. AGRAVO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. SOCIEDADE EMPRESÁRIA SUSCITANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR PARA TODOS OS ATOS QUE IMPLIQUEM RESTRIÇÃO PATRIMONIAL. PRECEDENTES.

1. As execuções fiscais ajuizadas em face da sociedade recuperanda não se suspenderão em virtude do deferimento da recuperação judicial.

2. Todavia, embora a execução fiscal, em si, não se suspenda, devem ser obstados os atos judiciais que reduzam o patrimônio da sociedade em recuperação judicial, enquanto mantida essa condição. Na hipótese, a aplicação literal do art. 6º, § 7º, da Lei 11.101/05 conduziria à inibição do cumprimento do plano de recuperação previamente aprovado e homologado. Precedentes.

3. Agravo não provido.

(AgRg no CC n. 127.674/DF, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJe de 30/9/2013);

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO REGIMENTAL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E JUÍZO FEDERAL EM QUE TRAMITA EXECUÇÃO FISCAL - PEDIDO LIMINAR - DEFERIMENTO - SUSPENSÃO DOS ATOS EXPROPRIATÓRIOS

# *Superior Tribunal de Justiça*

DETERMINADOS PELA JUSTIÇA FEDERAL NO BOJO DE EXECUÇÃO FISCAL, SOB PENA DE OBSTAR O SOERGIMENTO DA EMPRESA EXECUTADA QUE TEVE EM SEU FAVOR O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL - DETERMINAÇÃO DE PENHORA DOS BENS DA RECUPERANDA (INCLUSIVE COM RESTRIÇÃO DE INDISPONIBILIDADE) - SOBRESTAMENTO - NECESSIDADE - COMPETÊNCIA DA SEGUNDA SEÇÃO - VERIFICAÇÃO - PRECEDENTES - DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE - INOCORRÊNCIA - INTERPRETAÇÃO DE LEI INFRACONSTITUCIONAL, TÃO-SOMENTE - RECURSO IMPROVIDO [...]

II - De acordo com o recente posicionamento perfilhado pela colenda Segunda Seção desta a. Corte, embora a execução fiscal não se suspenda em razão do deferimento da recuperação judicial da empresa executada, são vedados atos judiciais que importem a redução do patrimônio da empresa, ou exclua parte dele do processo de recuperação, sob pena de comprometer, de forma significativa, o soergimento desta. Assim, sedimentou-se o entendimento de que "a interpretação literal do art. 6º, § 7º, da Lei 11.101/05 inibiria o cumprimento do plano de recuperação judicial previamente aprovado e homologado, tendo em vista o prosseguimento dos atos de constrição do patrimônio da empresa em dificuldades financeiras" (CC 116213/DF, Relator Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, DJe 05/10/2011);

[...]

IV - Recurso improvido.

(AgRg no AgRg no CC n. 120.644/RS, Relator o Ministro Massami Uyeda, DJe de 1º/8/2012).

Há de se destacar, ainda, que o Superior Tribunal de Justiça vem adotando a orientação segundo a qual "a decisão que defere o processamento do pedido de recuperação judicial tem como um de seus efeitos exatamente a suspensão das ações e execuções individuais contra o devedor que, dessa forma, pode desfrutar de maior tranquilidade para a elaboração de seu plano de recuperação, alcançando o fôlego necessário para atingir o objetivo de reorganização da empresa" (CC n. 126.135/SP, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJe 19/8/2014), **mesmo após transcorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005. Nesse sentido:** RCD no CC 131.894/SP, Rel. Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, julgado em 26/02/2014, DJe 31/03/2014; AgRg no CC 111.614/DF, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, julgado em 10/11/2010, DJe 19/11/2010.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, defiro a liminar tão somente para determinar a imediata suspensão dos atos executórios promovidos pelo Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Campo Grande/MS, no bojo do Processo n. 0025258-30.2014.5.24.0001, ficando designado o Juízo de Direito da Vara de Falências, Recuperações, Insolvências e Cartas Precatórias Cíveis de Campo Grande/MS para dirimir, em caráter provisório, as questões urgentes.

Oficie-se aos Juízos suscitados, comunicando-lhes o teor desta decisão e solicitando-lhes que prestem as necessárias informações, dentre outras, no prazo de 10 (dez) dias.

Após a juntada das informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator